Partido Socialista/Açores
Grupo Parlamentar

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ SAN-BENTO NA DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO REGIONAL E DO PLANO DE INVESTIMENTO DOS AÇORES PARA 2014 SOBRE FUNDOS COMUNITÁRIOS

"Os socialistas açorianos continuam convencidos de que a construção europeia é um sonho ao alcance da nossa geração."

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região
Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Começo por saudar o Governo pelas propostas de Orçamento e de Plano de Investimento para 2014 que nos apresenta hoje aqui.

Este é um orçamento que se impõe face às condições extraordinárias que atravessamos. Aposta na proteção social, estimula o emprego e concilia a competitividade e a sustentabilidade da nossa economia.

A execução do orçamento para 2014 da Região marcará o arranque da entrada em vigor do novo quadro de referência da programação plurianual da União Europeia até 2020.

Na passada semana foram aprovados em Estrasburgo, em sessão plenária do Parlamento Europeu, os regulamentos da Política de Coesão e as respectivas dotações financeiras para o período de 2014-2020.

Esta votação culminou largos meses de negociações sobre os fundos estruturais para os próximos seis anos: Fundo Europeu Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.

Num cenário de cortes generalizados do orçamento europeu e de redução de recursos para a Política de Coesão, no qual o nosso país perdeu 9,7% de fundos, os Açores obtiveram uma dotação global de 1.546 milhões de euros. Um aumento, em termos nominais, de mais oito milhões face ao atual QRESA.

Este desfecho confirmou o excelente trabalho que o atual e o anterior Governo Regional desenvolveram nas negociações encetadas com Bruxelas e com o Governo da República. Mas também traduz o compromisso do Presidente da Comissão Europeia de

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9900-858-Horta
Tel. 292 207 640 · Fax 292 391 086 · email gpps@alra.pt
www.psacores.org · www.jsacores.org

não redução de verbas para as Regiões Ultra Periféricas e realça, por isso, o mérito da luta travada pelos governos do PS, em 1999, para a consagração do Estatuto de RUP no Tratado da União.

O Governo Regional está assim duplamente de parabéns. Primeiro porque teve sucesso num processo negocial difícil com a República e em segundo lugar porque conseguiu influenciar, na parte que lhe competia, as instâncias comunitárias visando um desfecho que felizmente se confirmou.

Ambos os sucessos são grandes vitórias! Tenhamos consciência disso!

Mas se na Europa os Açores são hoje uma Região respeitada e admirada nem por isso deixamos de continuar a viver um estranho paradoxo.

Um paradoxo que simboliza o sucesso da nossa integração na Europa como RUP mas também a dificuldade de sensibilizar o Governo do nosso País quanto às questões particularmente relevantes para os Açores – relembre-se a este propósito o agravamento do IVA na Região a partir de Janeiro.

A postura quase sempre insensível do atual Governo da República em relação aos Açores, particularmente no cumprimento de funções de soberania ou de organização dos serviços do Estado, contrasta com as posições compreensivas e consequentes do Dr. Durão Barroso, o que implica que os Açores despendam mais tempo e atenção a sensibilizar o Governo da República para as questões regionais do que a influenciar a Comissão Europeia ou o Parlamento Europeu no mesmo sentido.

Mas este acordo financeiro para vigorar até 2020 também surge num contexto de incerteza e divisão da União Europeia. O desajustamento das instituições europeias gerou uma crise marcada pela predominância de um Directório inter-governamental, amparado pelo Conselho Europeu, em detrimento de um papel que se desejava mais preponderante da parte da Comissão que permitiria soluções mais integradoras e mais federadoras nas políticas europeias.

Prova disso é que pela primeira vez a União reduz o seu orçamento plurianual face ao período antecedente. O Orçamento comunitário representa apenas 1% do PIB europeu. Tomando a média do peso relativo dos orçamentos nacionais no respetivo PIB, a influência do orçamento comunitário é 45 vezes inferior ao dos Estados nacionais.

Este cenário não representa apenas que os países contribuintes líquidos do orçamento comunitário estão a responder às exigências das suas opiniões públicas. Significa que a

UE está a reduzir a capacidade de integrar as suas periferias e a diminuir a força do projecto europeu.

A União deixou a integração monetária evoluir para o estrangulamento das economias da periferia e adotou soluções tardias que abriram duas fracturas muito claras.

Uma à escala europeia, relacionada com quais os países que devem arcar com os custos de administração da moeda única. Os países do Norte querem que sejam os da periferia a assumir estes custos através da austeridade. E os países da periferia desejam que sejam os do Norte a assumir essa responsabilidade através da facilitação do financiamento das dívidas soberanas.

A outra dimensão é interna a quase todos os países europeus e reflete uma nova luta de classes, que está a impor à classe média e aos remediados o pagamento da crise através da sobrecarga de impostos, da redução de remunerações e da redução de serviços públicos em detrimento do contributo dos mais abastados e da alta finança, através de melhor regulação e de maior tributação.

A Europa, parecendo estabilizada à superfície, vive dias de profundas lutas políticas aos quais a esquerda progressista europeia não pode cometer falta de comparência, pois isso deixará o palco reduzido a um confronto entre populistas e pragmáticos.

É por isso um claro erro a posição seguidista e acabrunhada com que o Governo nacional tem conduzido a sua política europeia.

Basta atender aos sinistros exames positivos de avaliação da Troika sobre o cumprimento dos memorandos, mesmo quando todas as evidências demonstram a subavaliação dos efeitos recessivos e o erro das soluções. A execução do Memorando esbarrou na realidade, mas mesmo assim a Troika parece apenas interessada num exercício ilusório de autoavaliação.

Foi um erro querer ir além da Troika e fazer do Memo o guião da maioria. Foi um erro não retirar ilações das evidências do que corria mal. É incompreensível não mudar de rumo e persistir no erro de considerar que não há alternativa para Portugal.

Há alternativa! E ela começa, no plano interno, pela assunção de que em democracia as eleições são sempre uma alternativa e, no plano europeu, sem rejeitar a necessidade de ajustamentos, construindo novas alianças para afirmar em Bruxelas uma voz forte contra a nova cortina de ferro de austeridade que ameaça destruir a construção europeia.

Portugal deve relembrar à Europa que ou vencemos juntos ou perdemos todos isoladamente, cada um por si, e nesse cenário a Europa será uma vítima de uma ordem mundial avassaladora mesmo para aqueles países europeus que agora parecem triunfar.

Portugal não pode cometer o erro de pensar que é possível intervir apenas na dimensão financeira da crise. Só poderemos encarar com sucesso o futuro se as respostas políticas conciliarem as preocupações financeiras, com as económicas e as sociais. **É caso para afirmarmos que o País tem de aprender com os Açores.**

Portugal tem ainda de sensibilizar os grandes países europeus a tomarem consciência que **soluções de ajustamento draconiano representam desafios tão profundos para certos governos que colocam em causa os alicerces do regime democrático.**

A sensação de falta de projeto de futuro para a Europa desperta, em muitos, um desejo irrealista de regresso ao passado e de devolução de poderes às soberanias nacionais.

Não podemos correr o risco de aplicar soluções velhas a problemas novos**. Aplicar soluções nacionais a problemas globais transformará conflitos de desigualdade em conflitos entre países com resultados imprevisíveis.**

A Europa necessita de se reconciliar com o seu destino. E prioritariamente carece de estabilidade assente numa maior integração monetária e financeira, capaz de enfrentar os mercados de divida pública, para poder construir uma economia mais forte e com capacidade para gerar empregos, em especial para os jovens. Este sim, o maior problema atual da Europa.

Senhora Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

O culminar do processo negocial sobre o próximo quadro comunitário de apoio definiu um novo paradigma de alocação de verbas que se insere nos objetivos ambiciosos da estratégia 2020 da União.

As novas regras de financiamento comunitário manterão ou até melhorarão as condições de participação regional nos cofinanciamentos, mas a sua alocação será diferente. Imporá novas prioridades e será mais exigente a quantificar os impactos dos investimentos a realizar.

Os Açores não terão apenas mais fundos comunitários ao seu dispor. Teremos uma acrescida responsabilidade no aumento da empregabilidade, na percentagem da formação superior do nosso capital humano, na redução da pobreza, na redução do abandono escolar, no aumento da investigação e desenvolvimento, no uso de energias renováveis, e na diminuição da pegada ambiental.

É neste exigente quadro de referência que a Região apresentará o Programa Operacional para vigorar até 2020.

Sublinhe-se mais uma vez a prontidão com que o Governo Regional iniciou os trabalhos preparativos desse Programa por forma a assegurar a rápida disponibilização desses recursos financeiros assim que terminar o acordo entre Portugal e a Comissão Europeia.

A mobilização desses vastos recursos será fundamental para continuar o caminho de desenvolvimento e de modernização dos Açores através do relançamento de políticas de investimento, crescimento, emprego, inovação e proteção social.

No quadro do já acordado com as instâncias europeias e nacionais, o Governo Regional - após concertação com partidos e parceiros sociais - definiu prioridades estratégicas de investimento para o próximo Quadro Comunitário de Apoio que merecem referência.

Uma dotação de 330 milhões de euros afeta ao reforço da competitividade das Pequenas e Médias Empresas dos Açores. Um montante de 295 milhões para a agricultura e o desenvolvimento rural. 239,4 Milhões de euros para as áreas da Educação e Formação dos quais 48,7 milhões destinados a reforçar a investigação e o desenvolvimento tecnológico. 180 Milhões de euros para a promoção da inclusão social e para o combate à pobreza. 100 milhões de euros específicos para a promoção do emprego e para o apoio à mobilidade laboral. 109 Milhões de euros para o desenvolvimento de políticas de transportes. 48,7 milhões de euros destinados à utilização de energias renováveis e à eficiência energética. 38,7 milhões alocados à proteção do ambiente e à eficiência dos recursos. 33 milhões de euros para a política marítima e das pescas. E ainda 31,8 milhões de euros para promoção da adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos.

Estas prioridades, e os montantes financeiros que lhes estão associados, asseguram os meios necessários para os Açores prosseguirem o caminho de crescimento e de convergência assente na sustentabilidade e na competitividade da nossa economia. Um processo no qual o sector privado terá um papel ainda mais relevante que no passado.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9900-858-Horta
Tel. 292 207 640 · Fax 292 391 086 · email gpps@alra.pt
www.psacores.org · www.jsacores.org

O novo quadro comunitário representará um desafio exigente de modernização e de desenvolvimento. Não será um caminho de facilidades. Exigirá muito dos açorianos e dos sectores mais dinâmicos da nossa sociedade mas permitirá abrir novas oportunidades que devemos aproveitar e vencer, tal como temos feito até aqui.

Senhora Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo

O desfecho das negociações do próximo orçamento plurianual da EU não nos pode satisfazer apenas porque os Açores terão mais recursos no futuro.

A nossa satisfação particular não pode ofuscar a nossa inquietação nem a compreensão sobre a realidade concreta, sobre a União Europeia a que temos orgulho de pertencer nem sobre o Mundo que nos rodeia.

Os socialistas nos Açores não governam isolados, conformados com as dificuldades e rendidos à auto contemplação da obra feita.

Não nos podemos esquecer dos erros do passado cometidos pelo nosso país na utilização de fundos comunitários nem tampouco que o processo de convergência com a média europeia é mais exigente e mais moroso do que muitos vaticinaram.

Sabemos que a opinião pública está a ficar saturada de austeridade. A paciência e a compreensão estão no limite.

Em particular no nosso País a perda de confiança no Governo do PSD e do CDS parece confundir-se com a desilusão geral e com a sensação de sermos um Pais falhado.

Não haja dúvida de que estamos a viver uma época histórica. Um momento de encruzilhada. Uma encruzilhada em que as dificuldades sentidas, particularmente pelo nosso país, não nos podem desviar do essencial.

E o essencial tem a ver com o futuro do projeto europeu que se encontra ameaçado pelo divisionismo e pelas tentativas de imposição da lei do mais forte.

Tem a ver com os homens e as mulheres de uma Europa confrontada com o desafio histórico de se repensar e avançar ou deixar-se minar pela linha política daqueles que, no passado recente, sempre manifestaram desconfiança em relação ao projeto europeu.

Daqueles que sempre foram mais cépticos do que europeístas. Daqueles que parecem apostados em ver na Europa a fonte de todos os males e não a solução para os problemas que coletivamente enfrentamos.

Senhoras e Senhores Deputados,

Os socialistas açorianos continuam convencidos de que a construção europeia é um sonho ao alcance da nossa geração. É o mais complexo, mas simultaneamente, o mais importante e mais profundo processo político das últimas décadas.

Um projeto que, na sua matriz fundacional, assenta na solidariedade, na liberdade e na afirmação de uma identidade comum como base de construção de uma paz social duradoura e de uma sociedade de bem-estar. Hoje, mais do que nunca, o sonho dos pais fundadores do projeto europeu exige de todos nós uma defesa acérrima e sem hesitações sob pena de, em pouco mais de uma década, a unidade Europeia deixar de ser vista como um bem essencial para a paz no mundo para ser vista como um emaranhado de burocracias e de contradições que sobrepesam no destino coletivo.

Hoje, tal como há cerca de 61 anos afirmava Jean Monet, "estamos convictos de que, pouco a pouco, conseguiremos vencer as resistências e as desconfianças mútuas, e que a aspiração popular à unidade da Europa acabará por triunfar e ser uma realidade".

É esta aspiração popular ao desígnio da cidadania europeia que está hoje em risco. É por esta aspiração popular que, aqui nos Açores – nesta Europa atlântica – que continuaremos a lutar.

Como dizia um célebre escritor sul americano "não há nada mais duro que a suavidade da indiferença". É em nome do ideal Europeu, da afirmação da cidadania europeia e em defesa da democracia na Europa que também aqui, nos Açores, temos que batalhar contra a indiferença.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, Terça-feira, 26 de Novembro de 2013.

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista-Açores

O DEPUTADO

JOSÉ CARLOS SAN-BENTO